

A ACTUALIDADE DE DICKENS: UM DEPOIMENTO

Jorge Bastos da Silva
Universidade do Porto

Experimento discutir a *actualidade* de Charles Dickens expondo três hipo-teses – teses pequenas, inacabadas e assumidamente pessoais, como se verá, mas ainda assim mais do que hipóteses, a despeito de a primeira conter, paradoxalmente, indícios do seu próprio fracasso, e de a terceira não passar de uma microficção. (Diga-se, de passagem, que razões de actualidade não são as únicas razões que nos levam a ler um autor, ou que justificam a sua leitura: há também a atracção do exótico, o interesse do histórico... Mas limito-me ao tópico proposto para esta circunstância.)

>>

1.^a hipo-tese

A fortuna literária de um autor, o favor que o público dispensa às suas obras, são realidades da história da leitura – e da cultura – que não podem ser compreendidas, e muito menos previstas, com exactidão, em todos os seus aspectos. Temos de conceder que contêm dimensões acidentais, que pertencem à ordem do contingente. Receio que a obra de Dickens, na sua globalidade, sofra hoje da condição das obras que muitos (muitos – sublinho que não todos) consideram ultrapassadas, caducas, não digo que irrelevantes mas, pelo menos, desinteressantes.

Reconhecidamente um dos grandes ficcionistas do século XIX, Dickens assinou romances que ainda há uma ou duas gerações eram conhecidos e apreciados por muitos leitores –

romances que, ao longo do tempo, foram abundantemente reeditados e traduzidos, e constituíram fonte de inspiração para adaptadores, ilustradores e cineastas. Hoje, porém, parece ter largamente perdido esse estatuto de presença familiar. São vários os sinais que me permitem fazer este diagnóstico, na aparência um tanto céptico. Pelas minhas contas, ensinei já a obra de Dickens oito vezes, a fornadas sucessivas de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ao longo de mais de uma década, tenho perguntado aos estudantes se o nome de Dickens tem para eles algum significado, se leram alguma obra para além daquela que se encontra nos programas (e espero que pelo menos essa tenham lido). Registo com algum desalento que são muito raros os casos em que os estudantes referem os títulos de outras produções dickensianas, e anoto um dado que julgo significativo: o facto de, com frequência, virem essas respostas positivas dos estudantes mais velhos – daqueles que têm a minha idade ou mais idade ainda. O que me faz pensar nesta evidência: que as gerações mais novas têm, espontaneamente e, se calhar, irremediavelmente, maior apego pela comunicação audiovisual, e maior facilidade na sua compreensão, do que pela cultura do livro, o que contribui para gerar um fosso social, de valores, de referências, de modos de atenção e/ou de inteligência, que me parece situar-se nos anos setenta ou oitenta (um fosso, aliás, que reaparece nas salas de aula, sob a forma de certa estranheza dos estudantes perante o professor e do professor perante os estudantes). Quando era novo, lia – entretinha-me, educava-me, inventava(-me) com – as obras desses grandes contadores de histórias, maioritariamente do século XIX, que eram Jules (Júlio) Verne, os Dumas, Hugo, Twain, Salgari, Conan Doyle, Edgar Rice Burroughs, e a par de todos estes, claro, Dickens – autores que se encontravam abundantemente, e em posição visível, nos escaparates das nossas livrarias. Não creio ter sido um leitor atípico. Hoje, os nossos jovens lêem *Harry Potter* e a coleção “Uma Aventura”. Não digo que seja pior, porque, para ser

sincero, nunca li esses livros, mas digo que esses são *outros* livros, e daí a fractura entre universos referenciais que mencionei; e digo que esses livros pesam substancialmente menos no imaginário e nos hábitos quotidianos dos jovens do que pesava aquela outra selecção de obras – aquele outro cânone – para gerações anteriores.

Mas duvido que a preponderância do audiovisual baste para explicar a pouca fortuna, ou a relativa indiferença a que suspeito estar Dickens votado nos nossos dias, para grande parte do público leitor. Haverá por certo aspectos diversos a considerar. Não será arriscado supor que a escrita de Dickens apresenta marcas que estão pouco em sintonia com a cultura literária e com a mundividência que se tornaram dominantes ao longo do século XX: penso no seu moralismo ostensivo, em certo maniqueísmo na composição das personagens, na crença num desígnio providencialista, e em aspectos de técnica literária ligados a certa sobre-explicitação dos juízos ou das opiniões que o autor considera competentes e aos quais procura vincular o leitor.

>>

Outros aspectos situam-se, de novo, no domínio do accidental: o legado de Dickens não tem gozado, tanto quanto me apercebo, de um revivalismo – muito por via, justamente, do audiovisual – comparável ao que tem conhecido a obra de Jane Austen, que é um dos fenómenos assinaláveis, em anos recentes, de intersecção do literário com o televisivo e o cinematográfico.

E isto a despeito de podermos dizer de Dickens, como de Austen, aquilo que certa vez Northrop Frye escreveu sobre Walter Scott: que é agradável, na era do avião, regressarmos a narrativas ritmadas pelo andar de uma carruagem (cf. Frye 1976: 5).

No entanto, por vezes temos surpresas. No Projecto Gutenberg, há poucos dias, verifiquei, por acidente, que Dickens era o segundo autor mais popular, com 95.436 *downloads*, a seguir a Sir Arthur Conan Doyle, que contava 116.506, e com cerca de dez mil *downloads* de avanço sobre Mark Twain. Refiro a data precisa, 31 de Janeiro de 2012, porque, como é óbvio, os dados sofrem alterações todos os dias, mas também para chamar

a atenção para a possibilidade de estes resultados não reflectirem ainda a efeméride que se assinala em 2012.¹

Talvez os números – lisonjeiros para Dickens – do Projecto Gutenberg se devam ao facto de ele ser um autor que, nos países de língua inglesa, não está arredado dos programas escolares (como estão cada vez mais, em Portugal, alguns dos melhores e mais importantes autores portugueses). De qualquer forma, confronto a minha própria experiência com esses números, e não fico convencido de que Dickens, *aqui, entre nós*, não esteja fatalmente arredado do gosto dos leitores mais jovens, que sempre constituíram uma parte importante do público ao qual se dirigiu e junto do qual procurou reconhecimento e sustento.

270>271

2.^a *hipótese*

Num ensaio sobre o socialismo e a felicidade (e Dickens não era indiferente ao socialismo), George Orwell, que tenho em conta de ser um dos mais interessantes observadores da realidade política e até cultural de meados do século XX, refere-se às representações do Natal na literatura inglesa e produz a seguinte afirmação: “Dickens é um autor notável, na verdade um autor quase único entre os autores modernos, por ser capaz de dar uma imagem convincente da *felicidade*” (Orwell 2002: 503).² Esta afirmação, que pelo modo como surge no ensaio pode ser lida como reportada às histórias de Natal de Dickens, mas que também parece valer para a sua obra como um todo (há alguma ambivalência), provoca-me um sentimento de perplexidade. Porque o que se encontra em Dickens, romance após romance, é, a meu ver, a representação de uma felicidade tremendamente *sofrida*, que coexiste com uma longuíssima experiência da fragilidade, da precariedade, e que muitas vezes é atingida com o cadafalso ao lado ou como pano de fundo. E julgo, mais, que essa felicidade sofrida está intimamente ligada a ensinamentos éticos e políticos que podem ser colhidos do universo dickensiano

e que têm valor de indiscutível actualidade. Refiro-me à percepção da injustiça, da violência e da insegurança que afectam a vida dos homens, e mormente dos homens *bons*, tal como ela é narrada e descrita por Dickens por referência à Grã-Bretanha do seu tempo, à Grã-Bretanha dos finais do século XVIII, e, aqui e ali, a outras paragens, que são entrevistadas nos romances, ou que constituem, no caso da França de *A Tale of Two Cities*, um segundo grande palco da acção — e da emoção, e do juízo.

Penso (e são apenas exemplos) em *Oliver Twist*, o pequeno órfão que, para escândalo dos filantropos, pede mais comida, porque tem fome, e, fugindo, vive sob a ameaça constante da agressão e até da força, entre ladrões. Penso na exploração dos trabalhadores em *Hard Times*, na sua desumanização quando submetidos à lógica industrial do capital que os encara apenas como “as mãos”, mas lembro-me também do conflito laboral e do modo como, nesse conflito, o operário íntegro e digno, que não quer ser cúmplice de um boicote que considera injustificado, acaba por ser vítima não apenas do patrão mas também dos outros operários, que lhe deviam respeito e solidariedade — naquilo que redundava, se apreciado no plano dos valores ou das presumíveis intenções do autor, numa lição sobre os malefícios do extremismo.³ Penso, dentro do mesmo registo, nas sublevações populares que se encontram em *Barnaby Rudge* (os tumultos anticatólicos, conhecidos como “Gordon Riots”, de 1780), na exaltação do povo quando manipulado por políticos sem escrúpulos, na intolerância cega que leva a turba a deitar fogo a igrejas e habitações de católicos. Penso, por fim, e como caso mais evidente, em *A Tale of Two Cities*: na arbitrariedade, na insegurança pública, nas ofensas cometidas pelos aristocratas na sociedade do Antigo Regime; depois da revolução, na arbitrariedade, na insegurança pública, nas ofensas cometidas pelos entusiastas da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade — tão pouco interessados no estabelecimento de um Estado de Direito como eram aqueles que derrubaram, criando antes uma “sociedade de sussurradores” (expressão

>>

notável cujo alcance Orwell decerto apreciaria).

Tomadas no seu conjunto, estas obras contêm uma lição política relativa aos excessos, às arbitrariedades, aos preconceitos, diria até que ao obscurantismo social e político. E essa lição importa nisto: que a decadência da democracia, ou o declinar da justiça, resulta em anarquia, e a anarquia resolve-se em ditadura – uma lição que, em substância, nos fora dada já por pensadores da Antiguidade como Platão e Aristóteles.

Esta segunda vertente da minha discussão da actualidade de Dickens prende-se, talvez, com o meu comprometimento com um organismo em vias de ser criado, o Observatório de Segurança Nacional, em cujo âmbito me dedicarei ao estudo das representações, nomeadamente literárias, dos direitos cívicos ou da sua ausência. É possível que a minha ênfase se tenha reforçado com esta vinculação, mas não duvido de que, numa leitura de Dickens feita nos dias de hoje, em que a crise económica arrasta consigo os sinais de uma gravíssima crise social, em que as sociedades democráticas se deparam com a possibilidade da sua própria implosão, em que sociedades não-democráticas passam por processos revolucionários de fim imprevisível, o tema da justiça e o tema da segurança tenham um relevo que ultrapassa qualquer pendor ou parcialidade pessoal da minha parte.

3.^a *hipo-tese*

Este exercício crítico é, inevitavelmente, o testemunho de um leitor; não direi, com modéstia descabida, de um leitor desprevenido, porque já deixei declarada uma convivência longa com a obra de Dickens, mas em todo o caso, e simplesmente, de um leitor – e não é possível arredar daqui a consideração de questões de gosto. Deste modo, para pôr a nu o carácter, não direi que subjectivo, mas pessoal, como referi atrás, do exercício, contarei a seguinte história.

Lembrando-me de casos semelhantes (entre nós e na

actualidade, por exemplo, António Lobo Antunes e Ricardo Araújo Pereira – sendo que este último escolheu *The Pickwick Papers* para uma colecção que dirige), experimentei há dias jogar comigo mesmo este jogo: se dirigisse uma colecção de volumes de ficção, tendo que escolher um título apenas de cada autor daquilo que não poderia deixar de ser um pequeno panteão pessoal, que obras escolhia? Algumas respostas surgiram prontamente: de Conrad escolhia *Heart of Darkness*, de Melville escolhia *Moby-Dick*, de Goethe o *Werther*, de Vergílio Ferreira *Em Nome da Terra*, certamente *Os Irmãos Karamázov* de Dostoiévski e de Herculano o *Eurico*, mas de Eça não soube dizer de imediato, porque houve várias obras que me pareceram frescas, vivazes e actuais; e de Dickens, que é quem aqui mais nos interessa, também não soube escolher uma obra de improviso, porque todas me pareciam datadas, devido a uma qualidade que, numa outra perspectiva, constitui indubitavelmente uma das suas forças – a sua cerrada inserção nos circunstancialismos da Grã-Bretanha do século XIX –, mas também devido ao moralismo, a certo esquematismo na composição das personagens (ou a uma voz narratorial demasiado prescritiva, que explicita demasiado os caracteres em vez de lhes permitir que se revelem mais subtilmente pelos actos e pelas palavras).

(Apontamentos à guisa de excuroso:

Certa perplexidade perante a tão distinta, e mesmo contraditória, qualidade da minha evocação pessoal destes dois grandes romancistas, tão próximos no tempo entre si e contudo tão distantes na minha mente, levou-me a reflectir sobre as diferenças, porventura com algum arrojo.

De Eça retenho a denúncia da vaidade e da venalidade, da hipocrisia, da quase geral corrupção dos costumes, mais por inconsciência que por maldade; o retrato do provincianismo de vistas curtas e do provinciano entusiasmo por certas vogas de estrangeiramento; o sentir de decadência nacional em que reconhecemos sem dificuldade os tipos e os ambientes do Portugal de hoje (ideia que não raro perpassa nas páginas dos jornais, nas

>>

crónicas de alguns observadores do contemporâneo). Esses são traços actuais em Eça – sendo que o que em Dickens é actual *tematicamente*, por assim dizer, nestes tempos desamparados, é prejudicado pela carga de moralismo que o informa.

Porque, estilisticamente, a escrita de Eça é mais aberta, mais plástica, correspondendo melhor a valores literários – de sugestão, até de indeterminação – que são do nosso tempo. Ao invés, em Dickens o narrador conduz (condiciona) demasiado o leitor na apreciação ética – que por isso se torna moral ou moralista – das implicações ou dos significados dos textos. A ficção de Dickens dá-nos a incerteza da vida *mas a certeza dos seus sentidos*.

Falo de um desajustamento que, repare-se, não assenta num plano de subjectividade, é antes uma questão que se prende com a cultura literária que é a nossa, formada, digamos, ao longo do século XX. O narrador onisciente, depositário de toda a autoridade e ponto cardeal incontestado do universo da ficção – aquela instância mesma que constitui uma das grandes realizações literárias do romance do século XIX face ao romance do século XVIII (um dos grandes triunfos, e um dos grandes trunfos) –, é levado por Dickens tão longe, é na sua escrita uma presença tão ostensiva, que quadra mal com as preferências dos leitores de hoje, menos atreitos a aderir aos códigos morais, aos preconceitos, às preocupações do autor do que eram os seus contemporâneos. Não creio que acreditemos hoje no *happy ending* – que tenhamos (pelo menos a literatura “erudita” ou *mainstream*, por oposição à novelística de aeroporto, ou a muita daquela que vem a dar filmes de Hollywood) essa segurança, ou essa esperança confiante, de que um qualquer poder reserve um destino justo, um destino feliz para os virtuosos ou os sacrificados, uma luz radiosa ao fundo do túnel das agruras da existência. Diria mesmo que no universo de Dickens não há existencialismo, e que talvez, não havendo existencialismo, não haja uma certa modernidade de reflexão e de sentimento – de vivência, enfim.

Tudo isto deteve um pouco a minha atenção, fazendo-me

hesitar na escolha de uma obra de Dickens para a minha coleção imaginária – até que, de repente, dei por mim a decidir: ou *The Pickwick Papers*, pelo generoso sentido de humor, pelo sentido de caricatura que singulariza e humaniza as personagens, e nos aproxima delas por uma singular simpatia, sem contudo as tornar planas, demasiadamente simplificadas, como muitas vezes acontece com a caricatura;⁴ ou *A Christmas Carol* (e aqui pareço regressar a Orwell), porque a história do Sr. Scrooge nos mostra a importância da justiça e da clemência – e que uma atitude de justiça para com os outros pode ser uma forma de clemência para com nós mesmos, para com a nossa humanidade.⁵ No fundo, não pode deixar de redundar nisto a consideração da actualidade de um escritor: para além das qualidades estéticas ou das realizações formais consubstanciadas nas suas obras, uma perspectiva de recorte ético há-de sempre imperar, já que o estudo da literatura, e os motivos da leitura, não podem deixar de passar por uma partilha de humanidade. <<

>>

NOTAS

[1] Dir-se-ia confirmada pela internet a previsão de Edward Bellamy, em cuja ucronia *Looking Backward* se diz que Dickens é um autor especialmente popular no ano 2000. Veja-se, por exemplo, a curiosa tradução de Manuel Pinheiro Chagas, feita ainda ao tempo da rainha Vitória (Bellamy 1891: 130-132). Num passo traduzido com exactidão, Pinheiro Chagas conta ao leitor português que Dickens é aplaudido como fautor de transformações sociais humanizadoras: “Nenhum homem do seu tempo concorreu tanto como elle para voltar os espiritos dos homens para as culpas e para as desgraças da antiga ordem de cousas, e para abrir os seus olhos á necessidade da grande mudança que se approximava, ainda que elle mesmo a não previa claramente” (*idem*: 132).

[2] Trata-se de um ensaio publicado em 1943. Vale notar que é potencialmente tão interessante considerar o modo como Dickens foi lido por Eisenstein e Orwell como o modo como Goethe e Coleridge leram Shakespeare.

[3] A história de Stephen Blackpool e de Josiah Bounderby é tanto mais importante quanto a grande maior parte da população do globo vive hoje no regime capitalista, e mesmo o comunismo não passa, ou não passou, na maior parte dos casos, de uma forma de capitalismo de Estado.

[4] Curiosamente, *The Pickwick Papers* é a obra de Dickens mais devedora do romance e de certo periodismo do século XVIII.

[5] Por outro lado, em *A Christmal Carol* a perspectiva moral está perfeitamente integrada com a história, não lhe surge como que superimposta.

BIBLIOGRAFIA ∨

Bellamy, Eduardo (1891), *D'Aqui a Cem Anos*, trad. M. Pinheiro Chagas, 2.^a ed., Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora.

Frye, Northrop (1976), *The Secular Scripture: A Study of the Structure of Romance*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.

Orwell, George (2002), “Can Socialists Be Happy?”, *Essays*, selected and introduced by John Carey, New York, Everyman’s Library / Alfred A. Knopf: 503-510.